CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 4123/90 - PROC. DREM Nº 5963/90

INTERESSADA : EEPG "PROF^a AMÁLIA VALENTINA MARSIGLIA RINO" - RINÓPOLIS

ASSUNTO : Convalidação de atos escolares - matrícula em Curso Supletivo sem idade legal.

RELATORA : Cons^a MARIA ELOÍSA MARTINS COSTA

PARECER CEE Nº 068/91 APROVADO EM 23/01/91

Conselho Pleno

1. HISTÓRICO

1.1 A direção da EEPG "Prof^a Amália Valentina Marsiglia Rino" - Rinópolis/SP - DE de Tupã - DRE de Marília, solicita ao CEE, a convalidação dos atos escolares dos alunos abaixo relacionados, do Curso de Suplência II, no ano letivo de 1989, e matriculados sem idade legal, em desacordo, portanto, com a legislação vigente:

- Divan Carlos Donizete Cremon, nascido em 31.05.70;
- Edna Elísia da Silva, nascida em 17.09.70;
- Estelita Marin, nascida em 30.05.70;
- Rosilene Aparecida Carreteiro Gouvêa, nascida em 07.03.70;
- Sérgio Desani, nascido em 07.02.71;
- Rosenaide de Oliveira, nascida em 04.03.71.

1.2 A aluna Rosenaide de Oliveira efetuou sua matrícula no 2º termo da Suplência II, no 2º semestre de 1989, obtendo promoção para o 3º termo, que cursou durante o 1º semestre de 1990, quando teve sua matrícula cancelada pelo Supervisor de Ensino. Os demais alunos, matriculados no 1º semestre de 1989, no 3º termo do Curso de Suplência II, cursando com aproveitamento e freqüência, logrando promoção para o 4º termo, concluindo o curso ao final do ano de 1989.

1.3 Em todos os casos, a irregularidade só foi detectada por ocasião da verificação dos prontuários dos alunos concluintes do 1º grau e dos alunos matriculados no Curso de Suplência II, no ano letivo de 1990, pelo novo Supervisor de Ensino da U.E.

1.4 Consta informação nos autos de que os 05 (cinco) primeiros alunos encontram-se, atualmente, matriculados em Curso de 2º Grau.

1.5 Os autos instruídos com certidão de nascimento e histórico escolar dos alunos.

2. APRECIÇÃO

2.1 Versam os autos sobre convalidação de atos escolares de alunos matriculados em Curso de Suplência II, no ano letivo de 1989, sem a idade mínima exigida pelo Adendo ao Regimento Comum das Escolas Es-

taduais, aprovado pelo Parecer CEE nº 900/85, na EEPG "Profª Amália Valentina Marsiglia Rino" em Rinópolis/São Paulo - DE de Tupã - DRE de Marília.

2.2 De acordo com o artigo 169 do citado Parecer, a idade mínima para ingresso no termo inicial será de 18 anos completos ou a completar até o início das aulas do período letivo e para ingresso nos termos subseqüentes ter a idade mínima estabelecida para o 1º termo, acrescida de 6, 12 e 18 meses para os 2º, 3º e 4º termos, respectivamente.

2.3 Os alunos cursaram com freqüência e aproveitamento, os respectivos termos e já concluíram, no final do ano letivo de 1989, o Curso de Suplência II, com exceção da aluna Rosenaide de Oliveira, que teve sua matrícula cancelada pelo Supervisor de Ensino quando cursava o 3º termo durante o 1º semestre de 1990.

2.4 De acordo com o artigo 2º da Deliberação CEE nº 22/86, "Os órgãos supervisores do sistema estadual de ensino deverão, no prazo máximo de 30 dias, contados no início de cada período letivo, proceder a verificação dos prontuários dos alunos matriculados no ensino supletivo de 1º e 2º graus", conseqüentemente a referida aluna não poderia ter sua matrícula cancelada durante o ano letivo de 1990 em virtude de sua matrícula inicial ter ocorrido no 2º semestre de 1989. (g.n)

2.5 Considerando tratar-se de uma situação de fato, e que os alunos não podem ser penalizados por falhas administrativas praticadas pela direção da escola e supervisão, deverão os mesmos ter suas situações regularizadas de acordo com a orientação seguida por este Colegiado em casos análogos.

3. CONCLUSÃO

1. Diante do exposto, convalidam-se as matrículas dos alunos: DIVAN CARLOS DONIZETE CREMON; EDNA ELÍSIA DA SILVA; ESTELITA MARIN; ROSILENE APARECIDA CARRETEIRO GOUVÊA; SÉRGIO DESANI e ROSENAIDE DE OLIVEIRA, no Curso de Suplência II da EEPG "Profª Amália Valentina Marsiglia Rino" - Rinópolis - DE de Tupã - DRE de Marília, bem como os atos escolares praticados posteriormente.

2. Advirta-se a escola pela irregularidade praticada.

3. É fundamental que a DE de Tupã, DRE de Marília, cumpra a Deliberação CEE 22/86 e, conseqüentemente, proceda à devida orientação às escolas.

São Paulo, 03 de dezembro de 1990.

a) Consª MARIA ELOÍSA MARTINS COSTA
RELATORA

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O Conselho Estadual de Educação aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 23 de janeiro de 1991.

a) Consº JOÃO GUALBERTO DE CARVALHO MENESES
Presidente